

Portugal

A presente nota nacional é um retrato das principais características do sistema de educação e formação de Portugal, com base nos resultados apresentados na publicação *Education at a Glance 2024*. Em consonância com o tema central da publicação, destaca questões de equidade na educação. Os dados constantes da presente nota referem-se ao último ano, que em cada caso, estiver disponível.

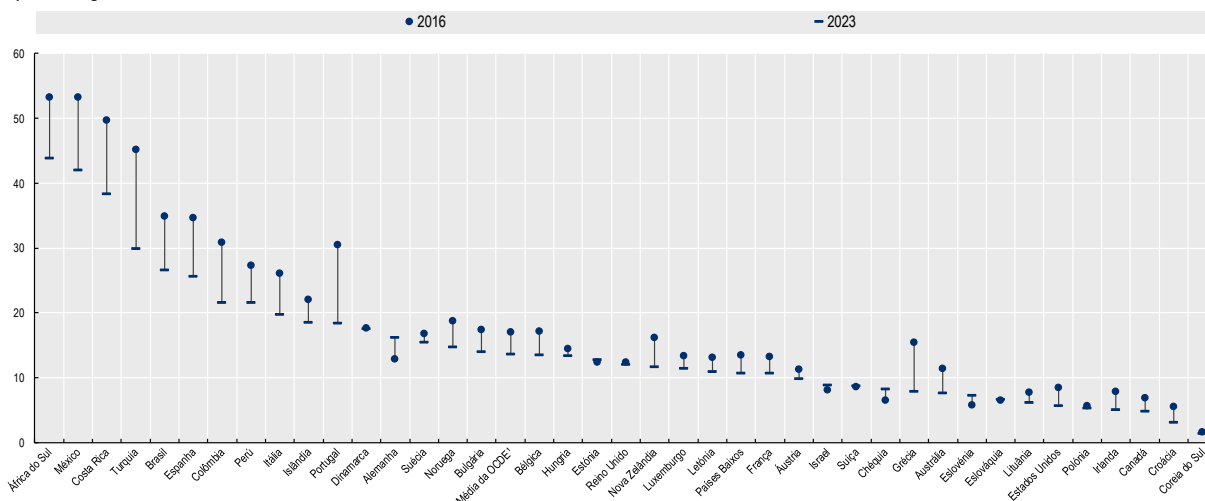
Os resultados dos estabelecimentos de ensino e o impacto da aprendizagem

- Os adultos com habilitações inferiores ao ensino secundário correm um risco considerável de obter menos bons resultados sociais e de integração no mercado de trabalho ao longo das respetivas vidas. A redução da proporção de jovens adultos sem qualificações de nível secundário tem sido uma prioridade em muitos países e a sua percentagem diminuiu entre 2016 e 2023 em 28 dos 35 países membros da OCDE, Portugal incluído. A proporção de indivíduos com idades compreendidas entre os 25 e os 34 anos sem o ensino secundário diminuiu 12 pontos percentuais entre 2016 e 2023. Portugal, com 18%, está 4 pontos percentuais acima da média da OCDE em 2023 (ver Figura 1). Contudo ainda existem diferenças regionais significativas. Portugal está entre os poucos países onde a diferença entre as regiões com a maior e a menor percentagem de adultos com habilitações inferiores ao ensino secundário é de 30 pontos percentuais ou mais.
- A difícil situação do mercado de trabalho enfrentada pelos trabalhadores sem qualificações de nível secundário reflete-se nas taxas de emprego registadas entre os 25 e os 34 anos. Em Portugal, apenas 72% dos jovens entre os 25 e os 34 anos com qualificações inferiores ao ensino secundário estão empregados, contra 85% dos que possuem qualificações de nível secundário ou pós-secundário não superior. As médias correspondentes da OCDE são 61% e 79%, respetivamente. Para além disso, os trabalhadores sem qualificações de nível secundário correm o risco de auferir salários muito reduzidos na maioria dos países membros da OCDE. Em Portugal, 9% dos indivíduos com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos, com habilitações inferiores ao ensino secundário, ganham metade ou menos do rendimento mediano (EUR 953,70 por mês), contra 6% dos trabalhadores com habilitações superiores ao ensino secundário ou pós-secundário não superior e 3% dos trabalhadores com habilitações superiores. No conjunto da OCDE, as percentagens são 28%, 17% e 10%, respetivamente.
- A solidez do mercado de trabalho e o aumento da participação na educação conduziram a uma diminuição da proporção de jovens entre os 18 e os 24 anos que não trabalham, não estudam nem se encontram inscritos/matriculados em qualquer processo de educação e formação (NEET) na maior parte dos países membros da OCDE. Em toda a OCDE, a taxa média de NEET diminuiu de 15,8% para 13,8% entre 2016 e 2023; Em Portugal, no mesmo período, diminuiu de 18,3% para 13,2%.

- De acordo com quase todos os indicadores disponíveis, os indivíduos do sexo feminino obtêm melhores resultados escolares do que os do sexo masculino e, em muitos casos, a diferença está a aumentar. Esta situação reflete-se nas disparidades entre os géneros em termos de sucesso escolar. Em todos os países membros da OCDE, as mulheres com idades compreendidas entre os 25 e os 34 anos têm uma probabilidade igual ou superior à dos seus pares masculinos de possuir um diploma do ensino superior (54% contra 41%, em média, nos países da OCDE). Com uma percentagem de detentores de habilitações do ensino superior de 47% para as mulheres e de 34% para os homens, a diferença é semelhante à média da OCDE (mas Portugal é um dos poucos países onde a diferença entre géneros reduziu em pelo menos 3 pontos percentuais entre 2016 e 2023).
- Embora os indivíduos do sexo feminino apresentem resultados claramente superiores aos do sexo masculino no domínio da educação, a situação inverte-se quando entram no mercado de trabalho; as principais medidas de integração no mercado de trabalho são geralmente menos favoráveis para as mulheres do que para os homens. As mulheres com idades compreendidas entre os 25 e os 34 anos têm uma menor probabilidade de estar empregadas do que os homens, sendo o diferencial tipicamente mais acentuado para as que têm habilitações inferiores ao ensino secundário e mais reduzido para as que têm habilitações superiores. Em Portugal, apenas 61% das mulheres jovens com habilitações inferiores ao ensino secundário estão empregadas, enquanto a percentagem correspondente para homens jovens é de 79% (as médias correspondentes da OCDE são de 47% e 72%, respetivamente). Por outro lado, 89% das mulheres jovens com habilitações superiores estão empregadas, enquanto a percentagem correspondente de homens jovens é de 87% (as médias da OCDE correspondentes são de 84% e de 90%). Por outro lado, a conclusão do ensino superior não ajuda a reduzir as disparidades salariais entre homens e mulheres. No conjunto da OCDE, as mulheres jovens com um diploma do ensino superior auferem, em média, 83% do salário dos seus pares masculinos, enquanto que em Portugal a proporção correspondente é de 80%. Com o ensino secundário superior ou pós-secundário não superior, as jovens mulheres ganham em média 84% do salário dos seus pares masculinos na OCDE, 83% em Portugal.
- A educação dos pais tem um forte impacto nos níveis de escolaridade dos filhos. Em Portugal, 79% das pessoas com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos que têm pelo menos um dos progenitores com habilitações académicas de nível superior obtiveram também uma qualificação de nível superior. Em contrapartida, apenas 21% das pessoas com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos que não têm pelo menos um dos progenitores com habilitações literárias superiores ou pós-secundárias não superiores possuem um diploma de ensino superior (em comparação com as respetivas médias da OCDE de 72% e de 19%, respetivamente).

Figura 1. Evolução da proporção de indivíduos com 25 a 34 anos de idade, com habilitações inferiores ao ensino secundário (2016 e 2023)

Em percentagem



1. Média da OCDE obtida a partir da média não ponderada de todos os países com dados disponíveis e comparáveis em ambos os anos.

Os países estão classificados por ordem decrescente da percentagem de jovens entre os 25 e os 34 anos com habilitações inferiores ao ensino secundário, no ano 2023.

Fonte: OECD (2024), Tabela A1.2. Para mais informações, consultar *Education at a Glance 2024 Sources, Methodologies and Technical Notes* (<https://doi.org/10.1787/e7d20315-en>).

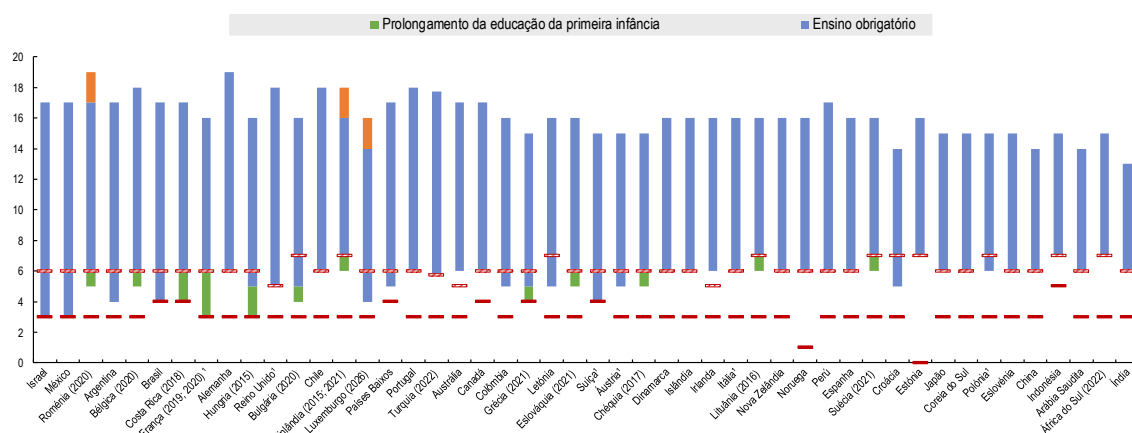
Acesso à educação, participação e progresso

- As políticas de acolhimento de crianças e de licença parental variam consideravelmente de país para país. Particularmente importante para as famílias com baixos rendimentos é o chamado défice de cuidados infantis, o período entre o fim da licença parental remunerada e o início da educação e cuidados infantis gratuitos ou da escolaridade obrigatória. Em oito países da OCDE, incluindo Portugal, não existe qualquer défice de cuidados infantis, uma vez que a educação infantil gratuita ou o ensino obrigatório começam imediatamente após o fim da licença parental remunerada (mas a procura excede a oferta disponível de serviços de cuidados infantis).
- A participação na educação na primeira infância é particularmente importante para as crianças de famílias desfavorecidas. No entanto, em Portugal tal como na maioria dos outros países da OCDE, as crianças com idades compreendidas entre os 0 e os 2 anos provenientes de famílias do tercil inferior de rendimentos têm uma menor probabilidade de estarem inscritas em programas de educação e cuidados da primeira infância do que as crianças do tercil superior de rendimentos (45% contra 70%). Esta diferença de 25 pontos percentuais é superior à diferença média registada na OCDE, de 19 pontos percentuais.
- A educação na primeira infância ajuda a reduzir as diferenças de desenvolvimento que colocam algumas crianças em desvantagem quando começam a frequentar a escola. Um ano antes do início do ensino primário, a grande maioria das crianças está inscrita na educação pré-escolar, na maior parte dos países da OCDE. Em Portugal, 100% das crianças nesta faixa etária (5 anos de idade) estão inscritas, em comparação com a proporção de 96% registada na OCDE.

- Embora a maior parte das crianças e dos jovens participe em processos formais de educação e formação nos anos anteriores e posteriores à escolaridade obrigatória, nem todos o fazem. Com o objetivo de aumentar o número de matrículas nos primeiros anos da escolaridade, ou entre os jovens, doze países membros da OCDE e países em vias de adesão à organização aumentaram a duração da escolaridade obrigatória na última década. Não incluído no grupo anterior, em Portugal a escolaridade obrigatória estende-se dos 6 aos 18 anos de idade, num total de 12 anos, valor superior à média da OCDE de 11 anos. Portugal é um dos 12 países onde é obrigatória a totalidade do ensino secundário e está entre os poucos países onde a escolaridade obrigatória termina ou com a conclusão do ensino secundário ou com a idade de termino da obrigatoriedade. (Figura 2).
- A repetição de ano é um procedimento comum a muitos países, forma de conceder aos alunos mais tempo para dominarem os conteúdos programáticos de um ano letivo, embora a sua eficácia seja alvo de contestação e debate. Em Portugal, 2,2% dos alunos dos 1.º e 2.º ciclos do ensino básico, 2,8% dos alunos do 3.º ciclo do ensino básico e 3,6% dos alunos do ensino secundário repetem um ano no seu nível de ensino atual, enquanto os valores médios registados na OCDE são, respetivamente, de 1,5%, 2,2% e 3,2%.
- A probabilidade dos estudantes do ensino superior concluírem com êxito os seus estudos está relacionada com o seu meio familiar. Em Portugal, 75% dos estudantes com pelo menos um dos pais com habilitações académicas superiores concluíram com êxito os seus estudos superiores até três anos após a duração teórica dos cursos, enquanto apenas 72% dos estudantes cujos pais tinham habilitações inferiores ao ensino secundário superior o fizeram.
- As mulheres estão significativamente sobrerrepresentadas no ensino superior e, na maioria dos países, a disparidade está a aumentar. Em Portugal, 54% dos novos alunos que ingressaram no ensino superior são mulheres, valor que compara com os 56% registados na OCDE. Uma vez que as mulheres têm também maior probabilidade do que os homens de concluir o ensino superior, a diferença é ainda maior entre os licenciados (ver *Education at a Glance 2022*). No entanto, existem grandes diferenças entre as áreas de estudo. Em Portugal, apenas 18% dos recém-inscritos em Ciências, Tecnologia, Engenharia e Matemática eram mulheres, enquanto apenas 2% dos recém-inscritos em Educação eram homens.
- A proporção de alunos em situação de mobilidade (internacionais ou estrangeiros) no valor total de inscrições no ensino superior aumentou em quase todos os países, entre 2013 e 2022. No caso de Portugal, esta proporção registou o aumento de 4% para 12%. Na OCDE, o aumento mais significativo registou-se na percentagem de alunos em mobilidade inscritos em programas de mestrado ou equivalentes, de 10% em 2013 para 15% em 2022. Em Portugal, o aumento foi de 10 pontos percentuais (de 5% para 15%).

Figura 2. Duração da escolaridade obrigatória (2023)

Em anos



Note: O ano entre parênteses indica quando foi alterada a duração da escolaridade obrigatória no país indicado; além disso, o prolongamento da educação da primeira infância / extensão do ensino secundário refere-se ao prolongamento da duração do nível relevante desde 2013.

1. Existem outras atividades obrigatórias a concluir até ao final da escolaridade obrigatória (ver Quadro B2.1).

Os países estão ordenados por ordem decrescente da duração da escolaridade obrigatória.

Fonte: OECD (2024), Tabela B2.1. Para mais informações, consultar *Education at a Glance 2004 Sources, Methodologies and Technical Notes* (<https://doi.org/10.1787/e7d20315-en>).

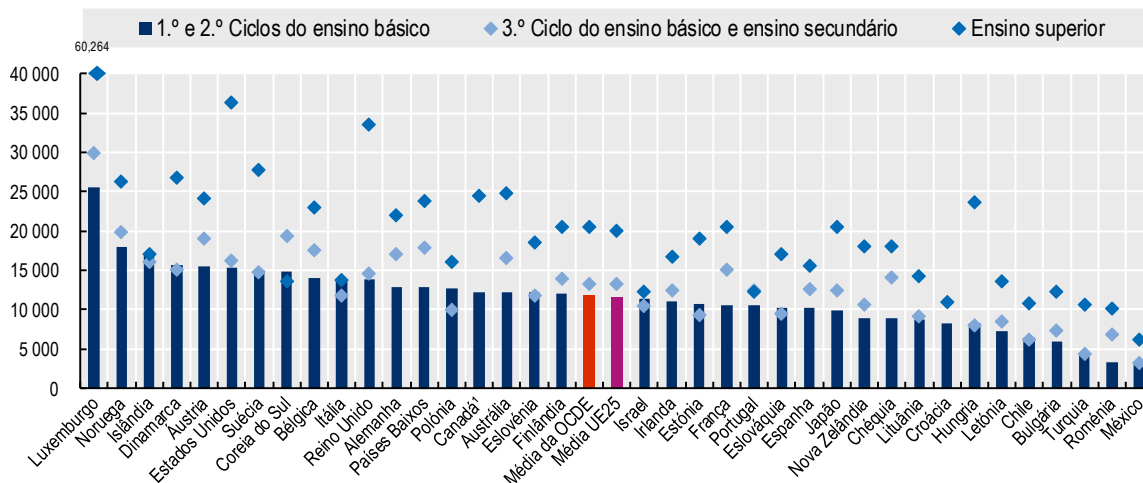
Recursos financeiros investidos no ensino

- Em Portugal, a despesa média anual por estudante, do 1.º ciclo do ensino básico ao ensino superior, é de USD 11.752, em comparação com uma média de USD 14.209 nos países da OCDE. Na maioria dos países, a despesa aumenta consoante o nível de ensino. Em Portugal, a despesa por aluno é de USD 10.469 no conjunto dos 1.º e 2.º ciclos do ensino básico, USD 12.511 no conjunto do 3.º ciclo do ensino básico e do ensino secundário e USD 12.252 no ensino superior (Figura 3).¹
- Portugal utiliza 5,0% do seu produto interno bruto (PIB) em instituições de ensino básico, secundário e superior. Este valor é semelhante à média da OCDE de 4,9% do PIB. Em média, em toda a OCDE, a percentagem do PIB dedicada às instituições de ensino (desde o 1.º ciclo do ensino básico ao ensino superior) tem-se mantido globalmente estável, em 4,9%, entre 2015 e 2021. No entanto, as tendências variam consideravelmente consoante os países. Portugal é um dos países onde a despesa em percentagem do PIB se manteve praticamente constante (5%).

¹ Todos os valores de despesa apresentados nesta nota são expressos em USD, calculados com base nas taxas de câmbio de Paridade do Poder de Compra (PPC).

Figura 3. Despesas totais por aluno equivalente a tempo inteiro nos ensinos básico, secundário e superior (2021)

Em dólares equivalentes convertidos em PPC, despesa com estabelecimentos de ensino



1. O conjunto do 1.º e 2.º ciclos do ensino básico inclui a educação pré-escolar e o 3.º ciclo do ensino básico.

Os países estão classificados por ordem decrescente da despesa total por aluno equivalente a tempo inteiro no conjunto do 1.º e 2.º ciclos do ensino básico.

Fonte: OECD (2024), Tabela C1.1. Para mais informações, consultar *Education at a Glance 2024 Sources, Methodologies and Technical Notes* (<https://doi.org/10.1787/e7d20315-en>).

- No conjunto da OCDE, os governos são responsáveis pela grande maioria das despesas com a educação, especialmente nos níveis de ensino correspondentes à escolaridade obrigatória. Em Portugal, 89% da despesa total nos estabelecimentos do 1.º e 2.º ciclos do ensino básico provém de fontes públicas, o que é inferior à média da OCDE de 93%. Em muitos países, as despesas privadas representam uma parte mais importante da educação pré-escolar e do ensino superior. Em Portugal, a percentagem de despesas públicas na educação pré-escolar é de 67%, inferior à média da OCDE de 86%, enquanto no ensino superior é de 61%, em comparação com uma média da OCDE de 68%.
- A forma como as instituições privadas são financiadas varia consideravelmente de país para país, sendo algumas total ou maioritariamente financiadas pelo Estado, enquanto outras recebem pouco ou nenhum financiamento público. Em Portugal, o Estado gasta USD 10.537 por aluno nos estabelecimentos de ensino público do 1.º e 2.º ciclos do ensino básico, enquanto nos estabelecimentos de ensino privado esse valor é de USD 1.279 por aluno (as médias da OCDE são de USD 11.914 para os estabelecimentos de ensino público do 1.º e 2.º ciclos do ensino básico e de USD 7.867 para os estabelecimentos de ensino privado).
- A distribuição das despesas públicas com a educação por nível de governação varia consoante os países. Nalguns países, toda a despesa final com a educação provém das administrações centrais, enquanto noutros países toda a despesa final provém das administrações locais ou regionais. Em Portugal, a administração central é responsável por 78% das despesas finais no 1.º e 2.º ciclos do ensino básico, as administrações regionais são responsáveis por 7% e as administrações locais por 15%.

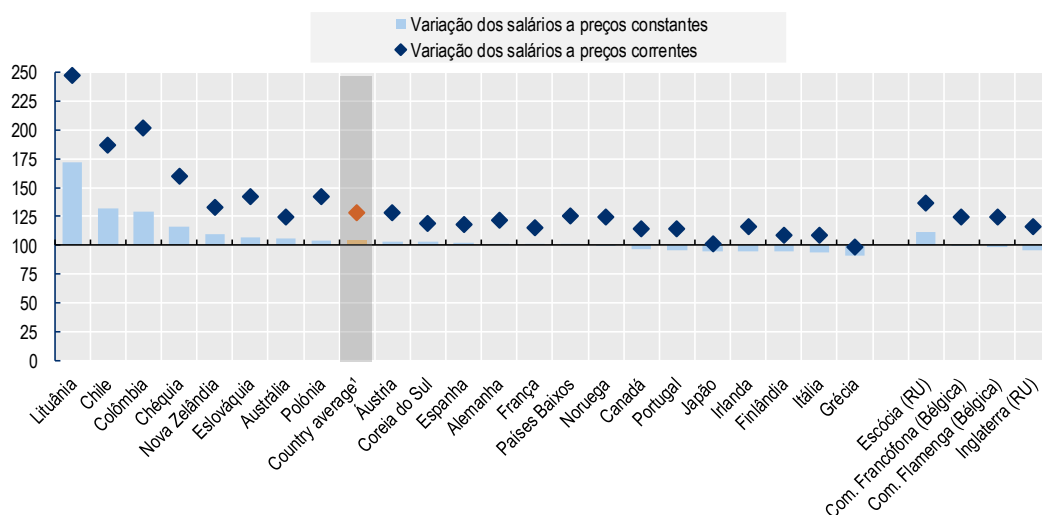
- Os governos têm de decidir como afetar os fundos aos diferentes domínios de intervenção. A educação (incluindo investigação e desenvolvimento) é uma das principais rubricas de despesa e representa, em média, 10,0% de toda a despesa pública na OCDE. Em Portugal, esta percentagem é semelhante, com 9,2%.

Os professores, o ambiente de aprendizagem e a organização das escolas

- Entre 2015 e 2023, em Portugal os salários regulamentares dos professores do 3.º ciclo do ensino básico com 15 anos de experiência aumentaram 14%. Este aumento apenas compensou parcialmente o aumento do custo de vida. Em termos reais (ou seja, ajustados à inflação), os salários dos professores diminuíram 4% durante o período de oito anos, em comparação com um aumento médio de 4% nos países OCDE que têm dados disponíveis (Figura 4).

Figura 4. Variação dos salários estatutários dos professores do 3.º ciclo do ensino básico, entre 2015 e 2023

Índice de variação dos salários anuais dos professores com as qualificações mais prevalentes, com 15 anos de experiência (2015 =100)



Nota: A variação a preços constantes refere-se à variação dos salários assumindo o mesmo nível de poder de compra entre 2015 e 2023 (ou seja, a preços de 2015), enquanto a variação a preços correntes se refere à variação nominal do montante salarial entre 2015 e 2023.

1. Exclui a Austrália, o Chile e a Colômbia, uma vez que não existem dados relativos a alguns anos entre 2015 e 2023.

Os países e outros participantes estão ordenados por ordem decrescente da variação dos salários a preços constantes.

- O trabalho dos professores consiste numa variedade de tarefas, incluindo não apenas a lecionação, mas também a preparação das aulas, a classificação dos trabalhos e a comunicação com os encarregados de educação. O número de horas que os professores são contratualmente obrigados a lecionar varia consideravelmente. Em Portugal, os professores do 3.º ciclo do ensino básico têm de lecionar 616 horas por ano. Este valor é inferior à média da OCDE de 706 horas por ano.

- Os rácios alunos/professor variam entre países e entre níveis de ensino. Em média, na OCDE, há 14 alunos por professor no 1.º e 2.º ciclos do ensino básico, 13 alunos por professor no 3.º ciclo do ensino básico e 13 alunos por professor no ensino secundário. Em Portugal, os números correspondentes são 12 alunos por professor no 1.º e 2.º ciclos do ensino básico, 9 alunos por professor no 3.º ciclo do ensino básico e 9 alunos por professor no ensino secundário. Embora os rácios alunos/professor mais baixos permitam que os professores se concentrem mais nas necessidades individuais, exigem uma despesa global mais elevada com os salários dos professores, e têm de ser ponderados em relação a outras prioridades de despesa.
- Entre 2013 e 2022, a idade média dos professores aumentou no conjunto da OCDE. No 3.º ciclo do ensino básico, 36% dos professores têm 50 anos ou mais, em comparação com 35% em 2013. Portugal tem mais professores com 50 anos ou mais, com 57% dos professores nesta categoria etária, contra 33% em 2013.

Notas finais

Dados e metodologia:

Para mais informações sobre o *Education at a Glance 2024* e para aceder ao conjunto completo de indicadores, consultar: <https://doi.org/10.1787/c00cad36-en>.

Para mais informações sobre a metodologia utilizada durante a recolha de dados para cada indicador, as referências às fontes e as notas específicas para cada país, consultar *Education at a Glance 2024: Sources, Methodologies and Technical Notes* (<https://doi.org/10.1787/e7d20315-en>).

Para informações gerais sobre a metodologia, consultar o *OECD Handbook for Internationally Comparative Education Statistics 2018* (<https://doi.org/10.1787/9789264304444-en>).

Os dados atualizados podem ser consultados online em <http://data-explorer.oecd.org/s/5q> e seguindo os *StatLinks 2* por baixo dos quadros e gráficos da publicação.

Explore, compare e visualize mais dados e análises utilizando o *Education GPS*:

<https://gpseducation.oecd.org>

As perguntas podem ser dirigidas à equipa *Education at a Glance* da Direção da Educação e das Competências (*Directorate for Education and Skills*) da OCDE:

EDU.EAG@oecd.org

Informação institucional:

Este trabalho é publicado sob a responsabilidade do Secretário-Geral da OCDE. As opiniões expressas e os argumentos utilizados neste documento não refletem necessariamente os pontos de vista oficiais dos países membros da OCDE.

Este documento, bem como quaisquer dados e mapas nele incluídos, não prejudicam o estatuto ou a soberania de qualquer território, a delimitação de fronteiras e limites internacionais e o nome de qualquer território, cidade ou área.

Os dados estatísticos relativos a Israel são fornecidos pelas autoridades israelitas competentes e sob a sua responsabilidade. A utilização desses dados pela OCDE não prejudica o estatuto dos Montes Golã, de Jerusalém Oriental e dos colonatos israelitas na Cisjordânia nos termos do direito internacional.

Utilização do presente documento:



Attribution 4.0 International (CC BY 4.0)

Esta obra é disponibilizada ao abrigo da licença *Creative Commons Attribution 4.0 International*. Ao usar esta obra, o utilizador aceita ficar vinculado aos termos desta licença: (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>)

Atribuição – é obrigatório citar a obra.

Traduções – deve citar a obra original, identificar as alterações ao original e acrescentar o seguinte texto: *Em caso de discrepância entre a obra original e a tradução, apenas o texto da obra original deverá ser considerado válido.*

Adaptações – deve citar a obra original e acrescentar o seguinte texto: *Esta é uma adaptação de uma obra original da OCDE. As opiniões expressas e os argumentos utilizados nesta adaptação não devem ser considerados como representando a posição oficial da OCDE ou dos seus países membros.*

Material de terceiros – a licença não se aplica ao material de terceiros contido na obra. Se utilizar esse material, o utilizador é responsável por obter autorização do terceiro, bem como por quaisquer reclamações de infração.

O utilizador não deve utilizar o logótipo da OCDE, a identidade visual ou a imagem da capa sem autorização expressa, nem sugerir que a OCDE apoia a utilização da obra.

Qualquer litígio decorrente da presente licença será resolvido por arbitragem de acordo com as Regras de Arbitragem do Tribunal Permanente de Arbitragem (PCA) de 2012. A sede da arbitragem será Paris (França). O número de árbitros será de um.

Nota final: Este documento é uma adaptação efetuada pela DGEEC de uma obra da OCDE. Em caso de discrepância entre a obra original e a tradução, apenas o texto da obra original deve ser considerado válido.